



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SANTA ROSA EM 02.05.2016

Aos 02 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Santa Rosa a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001600-64.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Coordenadora Karis Daros e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 09.07.2015

**Data de Implantação do PJe:** 30.10.2012

**Jurisdição:** Alecrim, Alegria, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 02.05.2016

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
<b>Cláudio Roberto Ost</b>	1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Rosa gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Karis Daros	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Coordenadora (CJ1)</b>	22.11.2013
2	Cristiano Pfeifer Biacchi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	19.11.2012
3	Marcus Vinícius Santos Alves	<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa</b>	-	07.11.2013
-	César Augusto Kowaleski	<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança</b>	-	30.10.2012

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Deisi Florczak	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.10.2012
2	Jeferson Sanchotene Denis	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.10.2012
3	João César Rigon Jurinic	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.10.2012
4	Tiago Girardi Bairros	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	26.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 e revisado em 28.04.2016).

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão



suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	César Augusto Kowaleski	Casamento (CASA)	8	15
		Júri e/ou outros serviços obrigatórios por lei (JURI)	1	
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
2	Cristiano Pfeifer Biacchi	-	-	-
3	Karis Daros	Curso ou Evento (CURS)	3	7
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	4	
4	Marcus Vinícius Santos Alves	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	1

Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)	
1	Deisi Florczak	-	-	-
2	Jeferson Sanhotene Denis	Licença-Paternidade (PAT)	5	5
3	João César Rigon Jurinic	-	-	-
4	Tiago Girardi Bairros (desde 26.02.2016)*	Prazo para Deslocamento (PD)	10	10

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos nos dias 11 e 28.04.2016, verifica-se que não houve movimentação de servidores na



Unidade durante o período correccionado, tanto na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro quanto na Central de Mandados.

### 2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	<b>César Augusto Kowaleski</b>	-	-	32	<b>32</b>
2	<b>Cristiano Pfeifer Biacchi</b>	-	4	66	<b>70</b>
3	<b>Karis Daros*</b>	15	-	115	<b>130</b>
4	<b>Marcus Vinícius Santos Alves</b>	-	-	2,5	<b>2,5</b>

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	<b>Deisi Florczak</b>	-	-	20	<b>20</b>
2	<b>Jeferson Sanhotene Denis</b>	-	-	-	<b>-</b>
3	<b>João César Rigon Jurinic</b>	-	5	50	<b>55</b>
4	<b>Tiago Girardi Bairros</b>	-	5	1.091	<b>1.096</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### 3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

#### 3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2014</b>	487	R\$ 2.694,19	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2014</b>	40,58	R\$ 224,52	R\$ 0,00
<b>2015</b>	361	R\$ 1.996,33	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2015</b>	30,08	R\$ 166,36	R\$ 0,00
<b>Variação 2014-2015</b>	-25,87%	-25,90%	-
<b>2016 (até março)</b>	119	R\$ 663,30	R\$ 0,00



<b>Média mensal - 2016</b>	39,67	R\$ 221,10	R\$ 0,00
<b>Varição 2015-2016</b>	31,86%	32,90%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 19.04.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade (em média) 30,08 certidões negativas por mês em 2015 – média 25,87% inferior à verificada no ano anterior. Por outro lado, nos três primeiros meses de 2016, a média mensal subiu 31,86% em relação à do ano anterior, passando para 39,67.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, as certidões negativas são entregues, em regra, no dia posterior ao da apresentação do requerimento, a partir das 11h (horário inicial de atendimento externo) – sendo que em caso de urgência, ou quando é constatado que o requerente reside no interior da cidade ou em município diverso de Santa Rosa, a certidão é emitida e entregue imediatamente.

Após a entrega das certidões à parte requerente, os requerimentos, os documentos e as GRUs são arquivados na CCDF. Os requerimentos são arquivados em pastas e as GRUs em local apropriado, (ambos pelo prazo de 180 dias conforme previsto no art. 49 da consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região). Os contratos sociais são guardados em pastas, a fim de que não seja necessária a apresentação reiterada de tais documentos pela mesma empresa.

## 3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

### 3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>	11.818 – 92,70%	930 – 7,30%	12,748
<b>Processos com reclamadas</b>	26.967 (totalmente) – 94,47% 697 (parcialmente) – 2,44%	882 – 3,09%	28.546

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016, 10h11min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPC/2015, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, são unificados dados cadastrais das reclamadas no sistema inFOR, com conferência do nome empresarial e endereços nos programas conveniados com o TRT, como o sítio da Receita Federal, JUCERGS, RGE, SEFAZ e Google. Além disso, para verificação do endereço, a Unidade recorre a um sítio de informações locais que abrange as cidades do noroeste do Estado, denominado “dialig”.

A unificação é feita quando recebido *e-mail* da Corregedoria informando as alterações das rés no Processo Judicial Eletrônico; quando as



Varas do Trabalho solicitam inclusões de rés no sistema; quando da redistribuição dos feitos; por ocasião da remessa dos processos ao arquivo; e de forma aleatória em pesquisa no próprio sistema inFOR. As alterações que impliquem retificações de dados ou unificações de processos ativos ou arquivados com dívida são comunicadas imediatamente às Varas do Trabalho por *e-mail*.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR, consultados no dia 13.04.2016, 92,70% das reclamadas dos processos físicos do Foro de Santa Rosa encontravam-se com cadastro unificado. Por sua vez, os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 94,47% dos processos que tramitam no Foro Trabalhista. Esses números apontam significativa e elogiável evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2015, cujos percentuais alcançavam apenas 50,07% de reclamadas unificadas e 66,24% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		3.752 – 100,00%	0 – 0,00%	3.752
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	28.546 (totalmente) – 100,00% 0 (parcialmente) – 0,00%	0 – 0,00%	28.546
	<b>Reclamada</b>	28.546 (totalmente) – 100,00% 0 (parcialmente) – 0,00%	0 – 0,00%	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016, 10h23min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 100% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Santa Rosa encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados vinculados, tanto de reclamantes quanto de reclamadas, também se encontravam totalmente unificados em 100% dos processos.

Salienta-se que tal desempenho, além de elogiável, caracteriza evolução na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, quando constatado que 99,97% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 29.06.2015.

### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>		928 – 100,00%	0 – 0,00%	928
<b>Processos com Órgãos</b>		1.814 – 100,00%	0 – 0,00%	1.814



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016, 10h33min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 13.04.2016, 100% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos Públicos vinculados, também 100% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de 04 órgãos.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)
<b>Ação Cautelar</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Ação de Cobrança de Honorários</b>	0	1	-	0
<b>Ação de Consignação</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Ação de Indenização</b>	2	0	-100,00%	0
<b>Carta de Sentença</b>	1	1	0,00%	0
<b>Carta Precatória</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Outros</b>	1	0	-100,00%	0
<b>Reclamatória-Ordinário</b>	25	73	192,00%	2
<b>Reclamatória-Sumaríssimo</b>	3	11	266,67%	0
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>86</b>	<b>145,71%</b>	<b>2</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>2,92</b>	<b>7,17</b>	<b>145,71%</b>	<b>0,67</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 86 novas ações em **processos físicos** no Foro de Santa Rosa, registrando-se uma média mensal de 7,17 distribuições. Foram 51 ações distribuídas a mais do que em 2014, constatando-se um aumento de 145,71% na média mensal. Nessa senda, é necessário destacar, considerando a implantação do PJe-JT em 30.10.2012, que os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2014 e em 2015 referem-se a petições iniciais vinculadas a processos físicos ainda em tramitação (cartas de sentença, embargos de terceiro, etc.). Por outro lado, nos três primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas apenas 02 novas ações em processos físicos na unidade judiciária.



### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2014</b>	9.908	227	43,65
<b>2015</b>	6.169	225	27,42
<b>Variação 2014-2015</b>	-37,74%	-0,88%	-37,18%
<b>2016 (até março)</b>	1.028	46	22,35

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 6.169 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 27,42 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 37,18% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vem apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico - PJe-JT, no Foro Trabalhista de Santa Rosa. Por sua vez, no período de janeiro a março de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu novamente, para 22,35 (queda de 18,49%).

Segundo a Coordenadora, as petições, os documentos protocolados e os processos recebidos na Coordenadoria eram (até a alteração do horário trazida pela Resolução Administrativa nº 03/2016) encaminhadas para as Varas do Trabalho no início da tarde e após o encerramento do atendimento ao público (às 18h), sendo que as petições encaminhadas pelo VIPE no horário compreendido entre às 18h e às 23h59min eram encaminhadas no dia seguinte. Após a publicação da Resolução Administrativa nº 03/2016, os protocolos e os processos passaram a ser entregues na manhã do dia seguinte, na 1ª Vara do Trabalho (em atendimento à solicitação da Diretora de Secretaria), e em torno das 17h do mesmo dia, na 2ª Vara do Trabalho (sendo que as petições protocoladas após esse horário são encaminhadas na manhã do dia seguinte). Os pedidos urgentes são protocolados e encaminhados imediatamente, assim como os protocolos de procurações e substabelecimentos quando a parte interessada requer a carga do processo. Os documentos recebidos por *e-mail* e pelo Malote Digital são impressos para protocolo, quando referentes a processos físicos, ou inseridos e indexados nos respectivos processos, quando eletrônicos (neste último caso, são informados às Varas do Trabalho os números dos processos nos quais foram anexados documentos/petições/cartas precatórias recebidas digitalmente, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis).

Por fim, informa a Coordenadora que, para conferência das petições protocoladas (e para garantia da CCDF de que o documento foi encaminhado e recebido pelo destinatário), são enviadas às Varas listagens dos protocolos gerados pelo inFOR (as quais devem ser devolvidas com a rubrica do servidor



que recebeu os protocolos e, posteriormente, mantidas na CCDF pelo período de seis meses).

### **3.5 ARQUIVO**

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe à Coordenadora da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Santa Rosa localiza-se no subsolo do prédio da 1ª Vara. A Coordenadora informa que, quando do recebimento das guias/lotos de processos para remessa ao arquivo, estas são lançadas no sistema inFOR, gerando um novo número de lote (agora unificado sequencialmente a partir do número 2000) e são colocadas etiquetas nos volumes com a numeração gerada pelo arquivo do inFOR. Uma listagem é impressa, a qual acompanha os lotes no depósito do arquivo. São revisadas as reclamadas no sistema do inFOR para conferência quanto à unificação, contados os processos conforme a guia expedida e conferido o número de volumes de cada processo. Após, as guias/lotos são encaminhadas para o subsolo para guarda no local apropriado.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Santa Rosa está dividida em 04 setores, sendo que, não obstante o revezamento prescrito pelo art. 123 da CPCR, a Coordenadora da Central de Mandados informa que, em reunião realizada entre a Juíza Diretora do Foro em 2013, a Coordenadora da CCDF e os Oficiais de Justiça, ficou estabelecido, por consenso, que não seriam feitas escalas de revezamento entre os executantes de mandados, pelos seguintes motivos:

- melhor conhecimento da área física, principalmente a zona rural, a exemplo de estradas de chão com bifurcações, sem sinalização, devido à abrangência de 21 municípios;
- melhor conhecimento da rotina dos destinatários dos mandados, o que facilita posterior retorno, agilizando o cumprimento das diligências, como local e horário de trabalho;



- melhor esclarecimento sobre a situação patrimonial do executado, evitando a realização de penhora sobre o mesmo bem quando tem mais de um processo em trâmite e a real situação da propriedade/posse de bens devido a diligências já realizadas anteriormente como notificação e citação.

Em decorrência da reunião, os Juízes editaram a Portaria Conjunta n. 03 de 25.11.2014, da Direção do Foro, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Santa Rosa/RS que estabelece novos procedimentos e rotinas a serem observados pelos Oficiais de Justiça do Foro Trabalhista de Santa Rosa.

## 4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, os mandados extraídos dos processos físicos (sistema inFOR) e os mandados oriundos dos processos judiciais eletrônicos são distribuídos aos Oficiais de Justiça nas segundas e quintas-feiras. Quanto aos mandados urgentes ou de plantão, é feito contato imediato, via telefone, com o oficial vinculado à zona de cumprimento, ou o de plantão. Ainda segundo a Coordenadora, os mandados devolvidos pelos Oficiais de Justiça são encaminhados às Varas do Trabalho no mesmo dia.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Conforme a Coordenadora, o exame das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça são feitos nos mandados relativos aos processos físicos. Os mandados cumpridos que se referem aos processos eletrônicos são devolvidos diretamente via sistema pelo Oficial de Justiça à respectiva Vara do Trabalho. Observa-se que, em Santa Rosa, em cumprimento à Portaria nº 03 de 25 de novembro de 2014, as certidões lavradas nos processos eletrônicos devem ser entregues à CCDF até o final de cada mês para guarda e controle das diligências.

## 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	503	41,92
<b>2015</b>	332	27,67
<b>Variação 2014-2015</b>	-34,00%	-34,00%
<b>2016 (até março)</b>	53	26,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2016)



<b>Processos Eletrônicos (PJe-JT)</b>		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	718	59,83
<b>2015</b>	1.463	121,92
<b>Variação 2014-2015</b>	103,76%	103,76%
<b>2016 (até março)</b>	321	107,00

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Santa Rosa recebeu 1.795 mandados, sendo 332 de processos físicos e 1.463 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 149,58 mandados recebidos, índice 47,01% maior que a média verificada em 2014. Ademais, nos primeiros 03 meses de 2016 foram recebidos 374 mandados, dos quais 53 de processos físicos e 321 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 124,67, número 16,66% inferior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 34% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2015, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 103,76% no mesmo período.

#### 4.3.2. Cumprimento mandados

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
<b>Busca e Apreensão</b>	3	2	-33,33%	0
<b>Citação</b>	147	53	-63,95%	14
<b>Condução de Testemunha</b>	0	0	-	0
<b>Notificação</b>	77	90	16,88%	13
<b>Penhora</b>	218	147	-32,57%	18
<b>Outros</b>	84	45	-46,43%	5
<b>Total</b>	<b>529</b>	<b>337</b>	<b>-36,29%</b>	<b>50</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2016)



<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
<b>Notificação</b>	533	990	85,74%	220
<b>Mandado</b>	229	496	116,59%	95
<b>Ofícios</b>	4	18	350,00%	9
<b>Total</b>	<b>766</b>	<b>1.504</b>	<b>96,34%</b>	<b>324</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

Foram cumpridos 1.841 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 337 oriundos de processos físicos e 1.504 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 546 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a um aumento de 42,16%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos a penhora foi a espécie mais frequente tanto em 2015 quanto em 2016, seguida pela notificação. Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

#### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
<b>Busca e Apreensão</b>	14,00	3,00	-78,57%	-
<b>Citação</b>	13,92	7,96	-42,79%	2,79
<b>Condução de Testemunha</b>	-	-	-	-
<b>Notificação</b>	12,78	5,73	-55,14%	4,23
<b>Penhora</b>	28,11	11,77	-58,14%	9,94
<b>Outros</b>	20,93	8,80	-57,95%	5,80
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>20,72</b>	<b>9,11</b>	<b>-56,03%</b>	<b>6,04</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2016)

<b>Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
<b>Notificação</b>	34,59	7,06	-79,60%	10,40



<b>Mandado</b>	39,77	9,70	-75,60%	16,00
<b>Ofício</b>	15,50	5,53	-64,33%	7,11
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>36,04</b>	<b>7,92</b>	<b>-78,04%</b>	<b>11,95</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

Em termos gerais, **o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos** pela Central de Mandados de Santa Rosa caiu 56,03% em 2015, na comparação com o ano anterior, passando de 20,72 para 9,11 dias. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 11,77 dias), seguidas pelos mandados classificados como “outros”, cuja média foi de 8,80 dias. A seu turno, o cumprimento mais célere (excetuando-se as buscas e apreensões e as conduções de testemunha, cujos números totais foram ínfimos), foi verificado nas notificações (5,73 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e março de 2016 apontam uma nova queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – o qual passou para 6,04 dias, o que corresponde a um recuo de 33,70%.

**Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos**, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 7,92 dias em 2015, lapso 78,04% inferior àquele constatado em 2014. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (9,70 dias), ao passo que os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (5,53 dias). Por outro lado, as informações colhidas nos três primeiros meses de 2016 apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 11,95 dias.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.03)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	2	66,67%	0	0,00%	0	-
<b>Citação</b>	76	51,70%	18	33,96%	1	7,14%
<b>Condução de Testemunha</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Notificação</b>	30	38,96%	23	25,56%	1	7,69%
<b>Penhora</b>	166	76,15%	78	53,06%	7	38,89%
<b>Outros</b>	56	66,67%	19	42,22%	1	20,00%
<b>Total Geral</b>	<b>330</b>	<b>62,38%</b>	<b>138</b>	<b>40,95%</b>	<b>10</b>	<b>20,00%</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.03)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Notificação</b>	272	51,03%	273	27,58%	89	40,45%
<b>Mandado</b>	162	70,74%	218	43,95%	63	66,32%
<b>Ofício</b>	2	50,00%	5	27,78%	3	33,33%
<b>Total</b>	<b>436</b>	<b>56,92%</b>	<b>496</b>	<b>32,98%</b>	<b>155</b>	<b>47,84%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal em 2015 – muito embora tenha sido verificada evolução em relação aos dados do ano anterior.

**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 138 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 40,95% de todos os mandados cumpridos – tendo havido queda em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 62,38% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (53,06%), seguida pelos mandados classificados como “outros” (42,22%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a março) apontam nova redução do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos.

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 496 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o que equivale a 32,98% de todos os mandados cumpridos no período. Constatou-se, portanto, queda do percentual de mandados devolvidos com atraso, na medida em que esse índice foi de 56,92% em 2014. Dentre as diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentaram maior índice de devolução com atraso (43,95%) em 2015. Nos três primeiros meses de 2016, por outro lado, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Santa Rosa:



**Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)**

**Mandados Cumpridos em 2014**

Processo	Nº do mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0066700-27.2005.5.04.0751	752-00473/13	Outros	13/12/2013	18/03/2014	95
0000787-54.2012.5.04.0751	751-00465/13	Penhora	06/12/2013	10/03/2014	94
0084500-29.2009.5.04.0751	752-00452/13	Penhora	22/11/2013	11/02/2014	81
0158300-61.2007.5.04.0751	752-00465/13	Penhora	03/12/2013	20/02/2014	79
0000193-40.2012.5.04.0751	752-00434/13	Penhora	08/11/2013	21/01/2014	74
0078500-13.2009.5.04.0751	752-00469/13	Penhora	06/12/2013	18/02/2014	74
0000638-29.2010.5.04.0751	751-00006/14	Penhora	21/01/2014	02/04/2014	71
0003200-45.2009.5.04.0751	752-00466/13	Citação	03/12/2013	10/02/2014	69
0001060-33.2012.5.04.0751	751-00503/13	Penhora	07/01/2014	17/03/2014	69
0000308-32.2010.5.04.0751	752-00488/13	Penhora	14/01/2014	24/03/2014	69

**Mandados Cumpridos em 2015**

0040500-13.1987.5.04.0751	751-00111/15	Notificação	29/05/2015	03/07/2015	35
0000913-07.2012.5.04.0751	752-00222/14	Penhora	12/12/2014	12/01/2015	31
0001041-27.2012.5.04.0751	752-00227/14	Notificação	19/12/2014	19/01/2015	31
0001041-27.2012.5.04.0751	752-00226/14	Notificação	19/12/2014	19/01/2015	31
0000820-44.2012.5.04.0751	751-00321/14	Penhora	09/12/2014	08/01/2015	30
0110200-41.2008.5.04.0751	751-00313/14	Penhora	09/12/2014	07/01/2015	29
0000987-61.2012.5.04.0751	751-00150/15	Penhora	14/07/2015	12/08/2015	29
0000972-63.2010.5.04.0751	751-00149/15	Penhora	14/07/2015	12/08/2015	29
0032000-88.2006.5.04.0751	751-00330/14	Penhora	09/01/2015	06/02/2015	28
0000985-91.2012.5.04.0751	751-00060/15	Penhora	20/03/2015	17/04/2015	28

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.04.2016)

**Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)**

Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020416-77.2013.5.04.0751	Notificação	16/12/2014	13/02/2015	59



0020068-22.2014.5.04.0752	Mandado	18/12/2014	13/02/2015	57
0020416-77.2013.5.04.0751	Notificação	15/12/2015	26/01/2016	42
0020000-43.2012.5.04.0752	Mandado	13/02/2015	25/03/2015	40
0020068-22.2014.5.04.0752	Mandado	17/12/2015	26/01/2016	40
0020760-24.2014.5.04.0751	Notificação	18/12/2014	26/01/2015	39
0020284-20.2013.5.04.0751	Mandado	14/12/2015	22/01/2016	39
0020645-97.2014.5.04.0752	Notificação	12/12/2014	19/01/2015	38
0020266-96.2013.5.04.0751	Mandado	16/12/2014	23/01/2015	38
0020267-81.2013.5.04.0751	Mandado	16/12/2014	23/01/2015	38
0020525-54.2014.5.04.0752	Mandado	19/01/2016	25/02/2016	37
0020526-73.2013.5.04.0752	Mandado	18/12/2014	23/01/2015	36
0020087-62.2013.5.04.0752	Notificação	18/12/2014	23/01/2015	36
0020644-15.2014.5.04.0752	Notificação	18/12/2014	23/01/2015	36

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 15.04.2016, não foi constatada a existência de mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado.

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 15.04.2016, apresentava 01 mandado sem registro de cumprimento no prazo, expedido em 30.03.2016 (16 dias).

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga	
01	0020582-38.2015.5.04.0752	30.03.2016	Notificação	Deisi Florczak	16

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016)

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Santa Rosa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>João César Rigon Jurinic</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	34	38	18	18	01	01
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	19	19	29	31	09	09
<b>Penhora</b>	83	83	41	44	11	11
<b>Outros</b>	37	39	19	19	03	03
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>179</b>	<b>107</b>	<b>112</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	146	158	226	235	56	50
<b>Mandado</b>	66	72	94	103	27	26
<b>Ofício</b>	03	03	06	06	05	05
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>233</b>	<b>326</b>	<b>344</b>	<b>88</b>	<b>81</b>

  

<b>Jeferson Sanhotene Denis</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	02	02	00	00
<b>Citação</b>	51	52	22	22	06	06
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	27	29	18	18	01	01
<b>Penhora</b>	66	78	59	59	03	03
<b>Outros</b>	20	22	13	13	00	00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	166	183	114	114	10	10
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	163	170	312	307	50	53
<b>Mandado</b>	90	92	177	171	22	27
<b>Ofício</b>	00	00	02	02	02	00
<b>Total</b>	<b>253</b>	<b>262</b>	<b>491</b>	<b>480</b>	<b>74</b>	<b>80</b>

<b>Deisi Florczak</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Citação</b>	56	57	13	13	06	06
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	28	29	41	41	01	01
<b>Penhora</b>	56	57	44	44	04	04
<b>Outros</b>	23	23	13	13	02	02
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>167</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	175	177	413	403	93	98
<b>Mandado</b>	54	57	213	207	20	26
<b>Ofício</b>	01	01	07	07	04	04
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>235</b>	<b>633</b>	<b>617</b>	<b>117</b>	<b>128</b>



<b>Tiago Girardi Bairros</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Citação</b>	00	00	00	00	01	01
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	02	02
<b>Penhora</b>	00	00	00	00	03	00
<b>Outros</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>06</b>	<b>03</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.03)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	00	00	00	00	18	14
<b>Mandado</b>	00	00	00	00	12	09
<b>Ofício</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>30</b>	<b>23</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade está bem organizada, com servidores motivados e empenhados na efetiva prestação jurisdicional. As instalações físicas estão adequadas e atendem as necessidades da unidade.

Analisando-se os dados estatísticos da Unidade Judiciária, destacam-se, positivamente: a unificação total dos cadastros de endereços de advogados e de órgãos públicos; a inexistência de mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado, assim como a existência de apenas um mandado nessa situação no sistema PJe-JT; a inexistência de processos em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos; a redução do tempo médio para cumprimento dos mandados, que nos processos físicos superou 50% em relação ao ano anterior, e nos processos eletrônicos foi aproximadamente 80% mais célere que no ano de 2014. Ressalta-se que é possível atribuir à Portaria Conjunta editada em novembro/2014, pelos Juízes



do Foro, a expressiva melhoria no tempo médio para cumprimento dos mandados.

Além disso, necessário destacar a excelente iniciativa da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro ao aderir ao projeto “Redescobrimo Valores”. No ano de 2015 realizou o desarquivamento de processos com dívida, tendo êxito em 149 processos, após a liberação dos valores aos credores, os processos foram arquivados definitivamente. Tal iniciativa, além de melhorar os números das unidades na fase de execução, contribui para realização da justiça na solução dos conflitos individuais ou coletivos, cumprindo assim, de fato, a missão da instituição.

Por fim, diante do acima relatado, a Unidade merece ser parabenizada pelo excelente andamento do trabalho.

## **6 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os servidores da Unidade, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa no dia 02.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Compareceram os advogados Gilberto Kieling e Santo Onei Phul Martini, Presidente e Vice-Presidente da Subseção da OAB de Santa Rosa, respectivamente, e o advogado Fernando Beirith que teceram elogios aos magistrados bem como à excelência no trabalho e no atendimento dispensado pelos servidores nas unidades da Justiça do Trabalho em Santa Rosa.

## **9 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



## **10 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Karis Daros e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

A presente ata foi assinada e publicada nesta data em razão da participação da Corregedora Regional no curso da ENAMAT, de 10 a 13.05.2016, bem como no COLEPRECOR, nos dias 18 e 19.05.2016, além de ter realizado correições no interior do Estado (Santo Ângelo, Ijuí, Passo Fundo e Marau) de 03 a 06.05.2016.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno  
Corregedora Regional**